

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

A PSICOLOGIA COMO PROMOTORA DE RESILIÊNCIA EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO¹
PSYCHOLOGY AS A RESILIENCE PROMOTER IN RESIDENTIAL CARE CENTERS

Franciele Mirian Da Rocha², **Débora Da Silva Ferreira**³, **Noeli Valentina Weschenfelder**⁴

¹ Este artigo foi produzido com base em discussões realizadas na Disciplina de Atividades Orientadas I, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Noeli Weschenfelder, pertencente à Linha de Pesquisa Educação Popular em Movimentos e Organizações Sociais, do Programa de Pós-Graduação nas Ciências da UNIJUI.

² Doutoranda em Educação nas Ciências pela UNIJUI. Graduada em Psicologia pela URI - Santo Ângelo.

³ Graduada em Psicologia pela URI Santo Ângelo. Psicóloga em consultório particular em São Luís Gonzaga - RS.

⁴ Doutorado em Educação pela UFRGS. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências da UNIJUI.

Resumo

Este trabalho pretende realizar reflexões sobre o papel da Psicologia dentro das Instituições de Acolhimento como promotora de resiliência, por meio de pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo e de natureza descritiva. Estas instituições abrigam crianças e adolescentes cujos pais ou responsáveis negligenciaram os direitos básicos de seus filhos, conforme estão descritos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Os profissionais envolvidos na equipe de um Centro de Acolhimento exercem o papel de educadores e cuidadores, o que requer preparo e capacitação. Nesse sentido, a Psicologia pode contribuir no processo de ensino-aprendizagem institucional, colaborando para o desenvolvimento da resiliência de todos os envolvidos: crianças e adolescentes acolhidos, cuidadores/educadores institucionais e os profissionais contratados da instituição. Resiliência é a capacidade de superar as vivências negativas, transformando-as em aprendizados e novas formas de ação. Nesse sentido, a(o) Psicóloga(o) pode colaborar na medida em que realiza capacitações juntamente da equipe das instituições, verificando formas de aprendizado e ensino e buscando formas de elaboração de conflitos e angustias causadas pelo abandono familiar, fornecendo conhecimentos e ferramentas úteis no manejo de situações do dia a dia, bem como atendendo os acolhidos. Sendo assim, pode-se fortalecer a resiliência de toda a teia de pessoas envolvidas no processo de acolhimento.

Palavras-chave: Resiliência. Psicologia. Instituição de Acolhimento. Aprendizagem.

Abstract

This work intends to reflect on the role of Psychology within the Residential Care Centers as a

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

promoter of resilience, through bibliographic research, qualitative and descriptive in nature. This institutions host children and adolescents whose parents or guardians neglected the basic rights of their children, as described in the Child and Adolescent Statute. The professionals involved in the staff of a Reception Center play the role of educators and caregivers, which requires preparation and training. In this sense, Psychology can contribute to the institutional teaching-learning process, contributing to the development of the resilience of all involved: children and adolescents, institutional caregivers / educators and contracted professionals of the institution. Resilience is the ability to overcome negative experiences, transforming them into learning and new forms of action. In this sense, the Psychologist can collaborate to the extent that he / she works together with the institutions' staff, verifying forms of learning and teaching, and seeking ways of elaborating conflicts and anxieties caused by family abandonment, providing useful knowledge and tools in the handling of situations of the day to day, as well as attending the welcomed ones. In this way, the resilience of the whole web of people involved in the reception process can be strengthened.

Keywords: Resilience. Psychology. Residential Care Center. Learning.

1 INTRODUÇÃO

A psicologia é um campo do conhecimento que pode abarcar a pedagogia, a sociologia, a neuropsicologia, a linguística e a antropologia, enfim, é um campo interdisciplinar, principalmente na interlocução com outros profissionais. Não pretende ser ela uma solução perfeita para os problemas que emergem em todas estas áreas, mas sim, uma possibilidade, uma leitura mais abrangente do sujeito como ser integral.

A Psicologia nas instituições tem função (principalmente) preventiva e pretende compreender os processos associados à aprendizagem da cultura e às dinâmicas que permeiam as relações institucionais, à convivência entre as crianças e adolescentes que integram a instituição que, numa visão sociológica, consiste em padrões comportamentais, ideias, relações interpessoais, organizados e sustentados por leis.

Tradicionalmente há uma cultura de que este profissional está inserido em clínicas, porém, ele pode estar presente nos mais diversos meios como escolas, hospitais, famílias, centros de convivência, empresas, e instituições de acolhimento, que são o foco deste artigo. O profissional da psicologia neste meio busca também o empoderamento desta criança pois estas demonstram uma certa dificuldade em manifestar sua autenticidade na vida, conforme Winnicott (2000). Essas crianças procuram ser “boazinhas”, como uma espécie de falso self, à custa da repressão de uma parte vital de si mesmas e também podem apresentar comportamentos antissociais, o que resulta em uma série de dificuldades em suas vidas.

As Instituições de Acolhimento abrigam crianças e adolescentes cujos pais ou responsáveis negligenciaram os direitos básicos de seus filhos, conforme estão descritos no Estatuto da Criança e do Adolescente (LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990). A equipe geralmente consiste de Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos, Nutricionistas e Cuidadores/Educadores Institucionais. Os profissionais envolvidos na equipe de um Centro de Acolhimento exercem o

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

papel de educadores e cuidadores, o que requer preparo e capacitação. Nesse sentido, a Psicologia pode contribuir no processo de ensino-aprendizagem institucional, na convivência do grupo, no processo de socialização colaborando para o desenvolvimento da resiliência de todos os envolvidos: crianças e adolescentes acolhidos, cuidadores/educadores institucionais e os profissionais contratados da instituição.

A resiliência é um conceito que vem originalmente da física, definida como “a capacidade de um material de absorver energia na região elástica, sendo essa capaz de voltar à forma original, quando finda a causa de sua deformação” (BRANDÃO et. al., 2011, p. 263). Porém, autores que atualizaram este conceito para as relações humanas, o definem de diversas formas. Uma delas, descrita por Luthar (et. al., 2000, p. 543), descreve a resiliência como “um processo dinâmico que tem como resultado a adaptação positiva em contextos de grande adversidade”. Para os autores,

[...] existem três componentes essenciais que devem estar presentes no conceito de resiliência: 1. a noção de adversidade, trauma, risco ou ameaça ao desenvolvimento humano; 2. a adaptação positiva ou superação da adversidade; 3. o processo que considera a dinâmica entre mecanismos emocionais, cognitivos e socioculturais que influem no desenvolvimento humano (LUTHAR et. al., 2000, p. 543).

Por fim, a(o) Psicóloga(o) pode colaborar na medida em que realiza capacitações e atendimentos juntamente da equipe das Instituições, verificando formas de abordagem de trabalho da equipe com os abrigados fornecendo subsídios para um manejo mais qualificado nas situações do cotidiano, bem como atendendo os acolhidos. Sendo assim, pode-se fortalecer a resiliência de toda a teia de pessoas envolvidas no processo de acolhimento.

2 METODOLOGIA

Este escrito é de cunho qualitativo, pois não objetiva enumerar e/ou mensurar os fenômenos, mas descrever pessoas, locais, processos e interações pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, buscando compreender os fatos. Segundo Minayo (1994), a pesquisa qualitativa permite estudar profundamente os significados, as relações, os processos e os fenômenos relativos às relações humanas que não seriam tão bem captados através de ferramentas estatísticas.

Também é de natureza bibliográfica, uma vez que se utiliza de dados já expostos por outros autores referentes à temática. Por fim, trata-se de uma pesquisa descritiva, pois busca esclarecer questões a respeito do contexto da Psicologia, das Instituições de Acolhimento e da resiliência. As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ter a finalidade de perceber possíveis relações entre variáveis (GIL, 2010).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Psicologia proporciona as ferramentas necessárias ao diagnóstico de dificuldades de aprendizagem, conflitos, traumas, psicopatologias. É uma área importante para a questão social e

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

individual e também para a educação. Muitas são as publicações e estudos a respeito desta prática no contexto clínico e é essencial a qualificação da produção científica em contextos diferenciados como o dos centros de acolhimento para que o compartilhamento de experiências e conhecimentos aprimore a práxis.

Após a regulamentação da profissão, o psicólogo começa a atuar em quatro grandes áreas: escolar, clínica, industrial e o magistério. As exigências do mercado de trabalho fizeram com que mais campos se abrissem, entre eles o da assistência pública à saúde. (DIMENSTEIN, 1998). A(o) psicóloga(o) busca a promoção de saúde e qualidade de vida e contribui para a identificação de formas de violência, proporcionando assim um ambiente favorável ao aprendizado de formas de prevenção destas violências. A participação do profissional desta área contribui pra um olhar diferenciado dentro das instituições de abrigo.

O profissional da Psicologia tem de conseguir ver além do que está exposto, aparente. É necessário um olhar interdisciplinar e de investigação. Esta visão denota um pensamento interdisciplinar, essencial nas instituições como os centros de acolhimento, tendo em vista que o trabalho em rede pensado na interdisciplinaridade torna os resultados mais ricos e eficazes. Nesse sentido, é mister que o profissional faça uso da criatividade na resolução de problemas e ao propor alternativas para tal. De acordo com Fazenda (et. al., 2015, p. 27), a interdisciplinaridade

Está fundamentada na criatividade, na inovação e no desejo de ir além do convencional, extraindo, assim, arte e beleza. Requer parceria, diálogo e compreensão do outro com um ser particular e com capacidade de se modificar no contato com o outro e modificar o mundo que o rodeia. É capaz de adquirir uma visão mais humanizante e libertadora, de colaborar para a construção de um mundo com sentido mais solidário, fraterno e compreensivo e consegue encontrar seu próprio sentido de ser no mundo.

A interdisciplinaridade laboral da(o) psicóloga(o) cria um ambiente favorável ao desenvolvimento da resiliência. Modificar o mundo e a visão que se tem sobre ele faz com que se possa ressignificar vivências traumáticas, tecendo, assim, a resiliência. Para isso, é necessário ser criativo. De acordo com Ostrower (2004, p. 9),

Criar é, basicamente, formar. É poder dar forma a algo novo. Em qualquer que seja o campo de atividade, tratam-se, nesse novo, de novas coerências que se estabelecem para a mente humana, fenômenos relacionados de modo novo e compreendidos em termos novos. O ato criador abrange, portanto, a capacidade de compreender: e esta, por sua vez, a de relacionar, ordenar, configurar, significar.

A criatividade é demandada não só ao profissional, mas também ao paciente. Para isso, o olhar da(o) Psicóloga(o) deve ser humanizado, proporcionando uma escuta e um diálogo que permitam ao sujeito dar-se conta das questões concernentes a sua história de vida. Desta forma, pode-se tornar os sujeitos mais conscientes de suas ações, abrindo um caminho de mudança que possibilite melhora na qualidade de vida dos sujeitos dentro e fora da instituição.

Além disso, não se pode desvincular o individual e as relações sociais da economia, da política e

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

da cultura, o que reforça a importância de se ter um olhar e ações vindas de vários campos do conhecimento. A realidade social de cada indivíduo é determinante na sua forma de aprender e ensinar, de relacionar-se com o outro e de construção de seu mundo. Cada um interage com o mundo da forma com que constrói suas interpretações a respeito dele e isto envolve os âmbitos cognitivo, comportamental e emocional. É imprescindível que se valorize as vivências de cada um, para poder desenvolver cada vez mais os potenciais que os sujeitos têm, colaborando com a melhora da autoestima, das habilidades sociais e da resiliência.

A criança e o adolescente em situação de abrigo têm direito a um ambiente suficientemente tranquilo, uma vez que isto foi negligenciado em seu lar de origem. Para Winnicott (2000), a mãe ou pessoa responsável procura suprir as necessidades do filho de forma empática e afetuosa, o que permite uma comunicação inconsciente e silenciosa entre mãe e filho a qual proporciona um desenvolvimento psíquico mais saudável na criança. Porém aqueles que vivem em abrigos e não passaram por relações favoráveis no núcleo familiar, por vezes acionam mecanismos de defesa que geram comportamento antissocial, destrutivo ou estruturas de personalidade do tipo falso self (LEVINSON, 2000). Ainda para Winnicott (2000), a criança que recorre a estes padrões comportamentais está sinalizando atenção por um olhar qualificado que lhe acolha em suas necessidades.

Nas instituições de acolhimento, são abrigadas crianças e adolescentes de ambos os sexos, de 0 a 18 anos incompletos que chegam à Instituição em função da 7ª medida de proteção do artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual determina o acolhimento institucional. São indivíduos em situação de medida protetiva por situação de vulnerabilidade social (órfãos, negligenciados, vítimas de violência física, psicológica, abuso ou exploração sexual) em regime de acolhimento em tempo integral até que se estabeleçam condições indispensáveis ao retorno à família de origem ou substituta.

A esse respeito, é importante citar o conceito de Instituição, o qual é citado por Enriquez (1991, p. 90) como “um lugar onde se encontram diferentes tipos de auxiliares que ocupam status e funções teoricamente estabilizadas e entre os quais se estabelecem relações de poder.” Além disso, deve-se atentar para o fato de que, segundo Bleger (1991, p. 68), “por responder às mesmas estruturas sociais, as instituições tendem a adotar a mesma estrutura dos problemas que têm que enfrentar”, ou seja, ao invés de transformar uma realidade, as instituições a reproduzem inconscientemente, e isso se torna um problema difícil de ser solucionado e pensado.

Estas instituições têm como finalidade suprir a necessidade básica de uma proteção que falhou na família. Segundo o artigo 19, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990),

[...] toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Para que isso aconteça, é necessário que a equipe da Instituição esteja preparada para suprir as demandas que são exigidas do Estado e das crianças e adolescentes. Porém, verifica-se que nem sempre os profissionais das instituições estão devidamente capacitados para lidar com as diversas

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

situações que ocorrem dentro de centros de acolhimento. Muitos aspectos que poderiam ser trabalhados pelos próprios cuidadores/educadores acabam por passar despercebidos ou são negligenciados pela falta de preparo. Portanto necessita-se de profissionais com qualificação para entender, pensar, analisar e decifrar a realidade do seu local de trabalho.

Neste sentido, a(o) psicóloga(o) pode propor um grupo de estudo ou um curso de capacitação, onde se podem discutir as práticas institucionais e promover a aquisição de novos conhecimentos por parte da equipe como um todo. Desta forma todos os níveis se beneficiam, pois, segundo Cyrulnik (2004, p. 155), “compreender sem agir propicia a angústia. E agir sem compreender produz delinquentes”. Isso quer dizer que a instituição deveria exercitar a análise dos fatos para ter uma boa compreensão do que acontece, a fim de se poder viver conscientemente, medindo a necessidade de sentimentos, palavras e ações. Ainda para o autor,

Quando uma provação é insensata, tornamo-nos incoerentes, pois, sem ver claramente o mundo em que vivemos, não podemos adaptar nossas condutas a ele. É necessário pensar um acontecimento brutal para lhe dar sentido, na medida em que é necessário atuar enfrentando-o, fugindo dele ou metamorfoseando-o. É preciso compreender e agir para encetar o processo de resiliência. Quando um dos dois fatores falta, a resiliência não se tece e o distúrbio se instala (CYRULNIK, 2004, p. 155).

O pesquisador nos ensina que “A suspensão dos maus tratos não é o fim do problema. [...] Não é porque o patinho feio encontra uma família cisne que tudo está resolvido. A lesão está escrita em sua história, gravada em sua memória” (CYRULNIK, 2004, p. 3). Utilizando uma metáfora, o autor não quer dizer que as crianças e adolescentes serão “patinhos feios” por toda vida, mas sim, que caberia aos seus cuidadores (seja na Instituição ou em uma nova família) ajuda nos processos de resignificação das suas vivências doloridas. Nesse sentido, a Psicologia tem a capacidade de disponibilizar uma escuta à Instituição, realizando um diagnóstico a fim de levantar as problemáticas existentes que possam estar interferindo negativamente na construção da resiliência.

Portanto, os Centros de Acolhimento objetivam fortalecer ou restabelecer os vínculos afetivos, familiares e comunitários para que crianças e adolescentes possam se estruturar como sujeitos e cidadãos. Além disso, desenvolvem ações voltadas à promoção de saúde mental, reconstrução de laços de pertencimento e melhor qualidade de vida. Também buscam reduzir os efeitos nocivos ao desenvolvimento causados pelo processo de institucionalização das crianças e adolescentes que não possuem perspectiva de retorno à família, destacando a importância de estar junto e valorizando a mesma.

Sabe-se que o núcleo familiar é responsável pela primeira vivência em grupo de um sujeito, é quem humaniza e institui como sujeito de relações. Muitas vezes negligenciam-se os direitos básicos das crianças e adolescentes dentro do ambiente familiar, e, quando isso acontece, o Estado intervém, acolhendo-os até que a situação se estabilize. O acolhimento institucional é a sétima medida protetiva. Porém, é recomendado que esta medida seja a última a ser recorrida, apenas em casos excepcionais e durante um curto período de tempo.

Cassal (et. al., 2010, p. 2) entendem “que as instituições de abrigamento são feitas para agir sobre

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

uma parcela da população, marcando de forma singular a experiência destes sujeitos e construindo representações sociais sobre a prática de internação”. Sendo assim, é primordial que o tempo passado na instituição seja agradável e com aprendizados positivos. Neste contexto, o trabalho da(o) psicóloga(o) pode facilitar o fortalecimento dos vínculos entre acolhidos e equipe, bem como favorecer o aprendizado de valores que nem sempre são passados nas famílias e que acabam sendo função dos centros de acolhimento fazê-lo.

Diversos estudos comprovam a necessidade da capacitação dos funcionários em uma instituição de acolhimento. Na perspectiva de Sartorelli (2004), é fundamental que os profissionais destas instituições saibam detalhadamente seus papéis dentro da mesma, os “comos” e os “porquês” na execução de suas tarefas. Já para Siqueira (2006), o sentimento de proteção e cuidado vindo dos cuidadores faz com que os institucionalizados sintam-se mais seguros de si, construam vínculos afetivos e busquem realizar tarefas de autocuidado e higiene, demonstrando bom desenvolvimento psicológico. Porém, o uso de punição, a rotatividade de funcionários e a falta de comunicação com a família de origem podem ser fatores de risco para estas crianças e adolescentes. A autora aponta a imprescindibilidade de investir-se em qualificação aos profissionais a fim de que estas questões negativas não se desenvolvam nas instituições.

Outro estudo relevante indica falhas na capacitação de cuidadores. Para Barros e Fiamenghi Jr. (2007), a ignorância por parte dos cuidadores/educadores provoca comportamentos violentos e inadequados para com os institucionalizados. Prada (2007) pesquisou a respeito das práticas realizadas pelos cuidadores e entrevistou, realizando um programa de capacitação para estes profissionais. A avaliação apontou os erros comportamentais dos cuidadores num primeiro momento. Após a capacitação, os profissionais já esboçavam as novas habilidades adquiridas, o que se fez um fator positivo.

Nogueira e Costa (2005) apontam, em seus estudos, que o excesso de obrigações acabava por atender apenas as necessidades da instituição, e não dos abrigados. Já Bazon e Biasoli-Alves (2000), em pesquisa realizada com educadores, dizem que a supervisão e o acompanhamento destes profissionais era considerada primordial pelos mesmos, sentiam-se fadigados e impotentes, mesmo tendo experiência profissional. Para driblar as adversidades, os educadores acabavam por se afastar emocionalmente dos educandos, o que colaborava com o desgaste físico e emocional, mas prejudicava o aprendizado de uma forma global. Estes são exemplos que denotam a importância da(o) psicóloga(o) em instituições de acolhimento, as formas de aprendizado devem ser revistas a fim de proporcionar qualidade de vida a todos envolvidos.

Uma questão relevante sobre centros de acolhimento é que os jovens que lá residem devem ser percebidos de maneira única. Sendo assim, cada um deve ser visto como um ser com potencialidades e possibilidades, colocando-os numa posição de onde possam falar e expressar os conteúdos que lhes são mais importantes e pertinentes. É por meio desta expressão que os indivíduos vão ao encontro da resolução de problemas, discussão de questões, diminuição de angústias e também esclarecimentos acerca de diversos assuntos, podendo assim desenvolver um ambiente de mútua troca de conhecimentos.

Apesar da transitoriedade dos acolhidos, deve ser levado em consideração o fato de os vínculos e relações afetuosas que desenvolvem dentro do centro de acolhimento serem muito importantes para que sejam diminuídas as angústias de cada um. Tendo em vista os estudos de Marlene

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Guirado (2004, p. 22), utilizando Bárbara Tizard, para dizer das múltiplas mães em instituições:

[...] mesmo em instituições com ótimas condições de estimulação física, sensorial, linguística e motora, [...] acabam por apresentar uma “afetividade atípica”: seu contato com estranhos e a sua sociabilidade em geral são diferentes do contato e sociabilidade daquelas (...) que vivem em seus lares. Tizard atribui isso ao “fato” de se ter na instituição um cuidado oferecido por “múltiplas mães”.

Isto nos diz respeito da inconstância emocional destes indivíduos, pois não têm certeza de sua realidade e de sua permanência, não só na instituição, mas também como sujeitos em situação de vulnerabilidade. Neste sentido, a confiança, a identificação e a projeção do futuro ficam prejudicadas e à mercê destes diversos fatores. Porém, aqueles sujeitos que desenvolveram processos resilientes conseguirão transpor estas dificuldades e transformá-las em aprendizado, fazendo com que seu futuro seja um “lugar” melhor de se viver.

Os processos de resiliência e vulnerabilidade são definidos como habilidades que todas as pessoas estão sujeitas a desenvolver (ASSIS et. al., 2006). A resiliência possibilita que o sujeito suporte adversidades, adapte-se de forma positiva a diferentes ambientes, recupere-se de vivências traumáticas e desenvolva uma vida saudável (SAGAZ, 2008). Quando o processo de resiliência não é desenvolvido, identifica-se a predominância de um processo oposto a esse, o processo de vulnerabilidade, que se caracteriza pela intensificação da reação ao trauma vivenciado e resulta em uma maior desadaptação ao meio, trazendo maiores dificuldades de o indivíduo recuperar-se (KOTLIARENCO et. al. apud ASSIS et. al., 2006, p. 21).

Para Cyrulnik (2004), o estudo da resiliência deveria abordar três questões:

- 1 - A aquisição de recursos internos impregnados no temperamento, já nos primeiros anos, no decorrer das interações precoces pré-verbais, explicará a maneira de reagir diante das agressões da existência, estabelecendo tutores de desenvolvimento mais ou menos sólidos.
- 2 - A estrutura da agressão explica os estragos do primeiro golpe, o ferimento ou a falta. Mas o significado que esse golpe irá adquirir mais tarde na história do ferido e em seu contexto familiar e social é que irá explicar os efeitos devastadores do segundo golpe, aquele que produz o traumatismo.
- 3 - Finalmente, a possibilidade de encontrar lugares de afeto, de atividades e de palavras que a sociedade dispõe, às vezes, em torno do ferido oferece os tutores de resiliência que lhe permitirão retomar um desenvolvimento inflectido pelo ferimento. (CYRULNIK, 2004, p. 7)

Este terceiro momento, da possibilidade de receber afeto, deve ser debatido no que diz respeito às instituições de acolhimento. Os cuidadores têm papel central neste momento e necessitam estar preparados e dispostos a exercê-lo. A criança e o adolescente que chegam nestas instituições, acabam por transferir o papel da família de origem para os cuidadores, o que torna o fardo e a responsabilidade ainda maiores. Sendo assim, os cuidadores têm o direito de serem acompanhados por profissionais que sejam capazes de despertar e ensinar formas de ação afetuosas diante das necessidades dos acolhidos.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Salienta-se que o sistema familiar é o principal influente na formação da identidade do sujeito, percebendo-o como o primeiro espaço de interação do indivíduo (BARONE et. al., 2006). Além disso, a partir dessa interação intrafamiliar, esse sistema possui a capacidade de fortalecer a formação de processos de resiliência ou processos de vulnerabilidade de seus membros (BARONE et. al., 2006).

Esses processos são definidos como habilidades que todas as pessoas estão sujeitas a desenvolver (ASSIS et. al., 2006). Esses processos não são percebidos como atributos inatos ao ser humano, nem são adquiridos durante o processo de desenvolvimento, não são habilidades inabaláveis, constantes ou imutáveis, podem se extinguir, assim como serem desenvolvidas em qualquer momento da vida do sujeito, não depende de fatores socioeconômicos, e não tem relação com a inteligência do sujeito (ASSIS et. al., 2006).

Minuchin e Fishman (1990) asseveram que a sociedade é um sistema amplo de relações interpessoais e os seres humanos são possuidores de um desejo inato de unir-se em subsistemas, dando origem aos sistemas familiares. Os autores afirmam que o sistema familiar é extremamente complexo por ser composto de diferentes indivíduos, cada qual com o seu funcionamento.

Ao se compreender a família como uma unidade funcional, percebe-se que os sujeitos que a compõe desenvolvem padrões de comportamentos particulares (BARONE et. al., 2006), de forma que esse sistema demanda que aos sujeitos desenvolvam um determinado “papel”, o qual é designado a partir da interação familiar e delimita as possibilidades de interação intra/interfamiliar (MINUCHIN; FISHMAN, 1990).

Os comportamentos de risco dentro do sistema familiar podem ser compreendidos como práticas que agregam adversidades ao convívio familiar, pois são agressivos e baseados em percepções errôneas da realidade, exigindo a manutenção de relações assimétricas (BARONE et. al., 2006). A apresentação desses comportamentos pode resultar de ações intencionais, ou da reprodução de uma educação opressora, ou ainda, resultantes de condições de vida miseráveis (DESLANDES et al., 2002).

Independente da causa dos comportamentos de risco, aqueles que os apresentam ou convivem com esses sujeitos vivenciam situações traumáticas, o que reforça a possibilidade de desenvolverem processos de vulnerabilidade (BARONE et. al., 2006). Esse funcionamento pode ser alterado quando os sujeitos têm a oportunidade de apropriarem-se de formas diferentes de funcionamento e desenvolverem processos de resiliência, para que as adversidades não originem a reincidência dos comportamentos de risco (ASSIS et. al., 2006). Cyrulnik (2004, p. 16) concorda com este pensamento, dizendo:

[...] se entendermos que um homem só se pode desenvolver tecendo-se com outro, então a atitude que ajudará os feridos a retomar um desenvolvimento deverá aplicar-se em descobrir os recursos internos impregnados no indivíduo, assim como os recursos externos dispostos em torno dele.

A Psicologia possibilita ao sujeito em situação de vulnerabilidade que se façam novas sinapses sobre antigos assuntos, ressignificando as vivências traumáticas, oportunizando o aprendizado de novas formas de funcionamento do ser. Por vezes, uma guerra não traz tantos danos emocionais quanto às vivências negativas das agressões do dia a dia. De acordo com Cyrulnik (2004, p. 160),

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

“o que molda uma criança é a bolha afetiva que a envolve no dia a dia e o sentido que seu meio atribui aos acontecimentos. É isso que destrói uma criança ou tece sua resiliência”. A questão que fica no ar é o quanto os cuidadores e as equipes das instituições de acolhimento estão preparados e dispostos a fornecer as condições necessárias para que seus acolhidos sintam-se realmente acolhidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões realizadas neste artigo, verificou-se que o universo das instituições de acolhimento nos traz uma diversidade de assuntos a serem discutidos, pois envolve muitas variáveis. Dentre elas, a importância de proporcionar um momento de escuta à história de vida de cada um e de realizar capacitações que permitam um maior preparo da equipe multiprofissional em centros de abrigamento.

Por fim, a instituição tem importante papel na redução do sofrimento psíquico dos acolhidos e o psicólogo pode intervir nesse sentido quando percebe que os vínculos estão provocando processos de vulnerabilidade ao invés de resiliência. Sendo assim, um trabalho focal com a equipe multiprofissional das instituições se faz essencial para perceber como se dá o processo de aprendizagem e ensino dos mesmos, o trabalho em grupo, as questões individuais, os conflitos e quais seriam suas principais problemáticas. Em primeiro momento, esta atividade pode auxiliar nas relações interpessoais, e, posteriormente, na relação com os abrigados, fazendo com que os mesmos sintam-se em um ambiente afetuoso o suficiente para desenvolver sua resiliência.

REFERÊNCIAS

ASSIS, S. G. de; PESCE, R. P.; AVANCI, J. Q. Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARONE, L., DE ANTONI, C., KOLLER, S. H. Violência e pobreza: um estudo sobre vulnerabilidade e resiliência familiar. 2006. In D. Dell’Aglío, S. H. Koller, & M. A. M. Yunes. Resiliência e Psicologia Positiva: interfaces entre risco e proteção (pp. 141-171). São Paulo: Casa do Psicólogo.

BAZON, M. R.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. 2000. A transformação de monitores em educadores: uma questão de desenvolvimento. Psicologia: Reflexão e Crítica, 13(1), 199-204.

BLEGER, J. Psico-higiene e Psicologia Institucional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

BRANDÃO, J. M.; MAHFOUD, M.; GIANORDOLI, I. F. A construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens. Paidéia maio-ago. 2011, Vol. 21, No. 49, 263-271.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

CYRULNIK, B. Os patinhos feios. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DESLANDES, S.F. Frágeis deuses: profissionais de emergência entre os danos da violência e a recriação da vida. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2002.

DIMENSTEIN, M. D. B. O psicólogo nas unidades básicas de saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. Estudos de Psicologia, 1998, 3, 53-81.

FAZENDA, I. C. A.; TAVARES, D. E.; GODOY, H.. Interdisciplinaridade na Pesquisa Científica. Campinas, SP: Ed.: Papyrus, 2015.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5 ed. São Paulo, 1999.

GUIRADO, M. Instituição e relações afetivas: O vínculo com o abandono. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LEVINZON, G.K. A criança adotiva na psicoterapia psicanalítica. São Paulo, Editora Escuta, 2000.
LUTHAR, S.; CICCETTI, D.; BECKER, B. The Construct of resilience: A critical evaluation and guidelines for future work. 2000. Child Development, 71 (3), p. 543-558.

MINAYO, M. C. de S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINUCHI, S.; FISHMAN H, C. Fronteiras. In: MINUCHI, S. Técnicas de Terapia Familiar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1990. Cap. 11, p. 145 - 157

NOGUEIRA, P. C.; COSTA, L. F. 2005. Mãe social: Profissão? Função materna? Estilos da Clínica, 10(19), 162-181.

OSTROWER, F. Criatividade e processos de criação. 18a. ed., Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.

PRADA, C. G. 2007. Avaliação de um programa de práticas educativas para monitoras de um abrigo infantil. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. 193 fls.

SARTORELLI, J. B. 2004. Condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo: a percepção pelos jovens e pelas crianças e os processos de gestão dessas condições pelos que cuidam da instituição. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 296 fls.

SIQUEIRA, A. C. 2006. Instituições de abrigo, família e redes de apoio social e afetivo em transições ecológicas na adolescência. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. 131 fls.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

WINNICOTT, D.W. Da Pediatria à Psicanálise. Rio de Janeiro, Editora Imago, 2000.